

Ponto Nove

Proposta do sr. presidente da câmara para aprovação da consolidação de contas para os efeitos previstos na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro.

A dra. Gabriela contextualizou a proposta, dando conta dos principais aspectos a evidenciar.

Foi salientado o desempenho da EPAVE, E.M., e o trabalho desenvolvido até ao momento, tendo o sr. Presidente reconhecido a gestão da direção e conselho de gerência.

DELIBERAÇÃO: aprovado por maioria. Abstenção dos vereadores do Partido Socialista. Remeta-se à assembleia municipal.

f



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

2018

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
I -Introdução	4
1. Perímetro de Consolidação	4
2. Entidades excluídas da consolidação	5
3. Método de Consolidação.....	5
4. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação	6
Análise ao Balanço.....	6
5. Análise à Demonstração de Resultados	8
6. Indicadores de Gestão	10
Indicadores de Natureza Patrimonial.....	10
7. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	12
B. MAPAS CONSOLIDADOS	13
C. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	18
1. Introdução	19
2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	20
Entidade incluída no perímetro de consolidação:	20
Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):	20
3. Informações relativas à imagem verdadeira e adequada	20
4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	20
5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	22
6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	22
7. Informações relativas a compromissos	22
8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação	
22	
9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	23
10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	23
11. Informações relativas a políticas contabilísticas	24
12. Imobilizado bruto consolidado.....	25
13. Amortizações consolidadas	26
14. Demonstração de resultados financeiros consolidados.....	27
15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados.....	28

16.	Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”	28
17.	Desdobramento das contas de provisões	28
18.	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior	29
19.	Informações diversas.....	29

A. RELATÓRIO DE GESTÃO

I -Introdução

O Município da Póvoa de Lanhoso apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme o estabelecido na Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em cumprimento do n.º 2 do artigo 76º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo elaboradas nos termos da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho – orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Apresentam-se assim, como documentos de prestação de contas consolidadas que constituem um todo e compreendem, o Relatório de Gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado a médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregada por maturidade e natureza.

1. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas. Assim, o grupo autárquico engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a Escola Profissional do Alto Ave.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2018	% do capital detido em 2018	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	211	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	26	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

2. Entidades excluídas da consolidação

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados consolidados e à Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração de Resultados.



4. Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2018, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado
ATIVO

Ativo	2018	%	2017	%	Varia.
Imobilizado	66,092,101.07	90.9%	64,887,942.34	92.0%	1.9%
Bens de Domínio Público	42,175,694.20	58.0%	40,657,445.14	57.7%	3.7%
Imobilizações Incorpóreas	180,307.45	0.2%	210,495.31	0.3%	-14.3%
Imobilizações Corpóreas	23,181,758.56	31.9%	23,200,469.30	32.9%	-0.1%
Investimentos Financeiros	554,340.86	0.8%	819,532.59	1.2%	-32.4%
Circulante	6,583,602.15	9.1%	5,622,846.05	8.0%	17.1%
Existências	173,072.82	0.2%	157,490.54	0.2%	9.9%
Dívidas de terceiros MLP	0.00	0.0%	1,400.80	0.0%	-100.0%
Dívidas de Terceiros CP	2,251,324.95	3.1%	947,203.94	1.3%	137.7%
Títulos negociáveis	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Disponibilidades	995,252.38	1.4%	1,223,794.16	1.7%	-18.7%
Acréscimos e Diferimentos	3,163,952.00	4.4%	3,292,956.61	4.7%	-3.9%
TOTAL DO ATIVO	72,675,703.22	100.0%	70,510,788.39	100.0%	3.1%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Capital Próprio e Passivo	2018	%	2017	%	Varia.
Fundos Próprios	47,316,550.03	65.1%	47,105,912.35	66.8%	0.4%
Património	41,553,067.55	57.2%	41,580,266.64	59.0%	-0.1%
Diferenças de Consolidação	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Ajustamentos de partes de capital	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Reservas	1,773,117.27	2.4%	1,747,169.94	2.5%	1.5%
Resultados Transitados	3,534,314.29	4.9%	3,327,355.63	4.7%	6.2%
Resultado Líquido do Exercício	456,050.92	0.6%	451,120.14	0.6%	1.1%
Interesses Minoritários	0.00	0.0%	0.00	0.0%	
Passivo	25,359,153.19	34.9%	23,404,876.04	33.2%	8.3%
Provisões para riscos e encargos	1,808,704.37	2.5%	1,794,385.47	2.5%	0.8%
Empréstimos MLP	3,648,681.33	5.0%	3,984,363.18	5.7%	-8.4%
Dívidas a Terceiros CP	3,026,735.52	4.2%	4,046,351.11	5.7%	-25.2%
Acréscimos e Diferimentos	16,875,031.97	23.2%	13,579,776.28	19.3%	24.3%
Capital Próprio e Passivo	72,675,703.22	100.0%	70,510,788.39	100.0%	3.1%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se um aumento do Ativo Total em 3,1%. O Imobilizado (Ativo Fixo) apresenta um acréscimo de 1,9% e o Ativo Circulante apresenta um acréscimo de 17,1% relativamente a 2017. O aumento do primeiro é explicado pelo acréscimo dos Bens de Domínio Público (aumentaram cerca de 1 milhão e 500 mil euros) já que as Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e os Investimentos Financeiros verificaram diminuições de cerca de 300 mil de euros.

O aumento verificado no Ativo Circulante deve-se essencialmente a verbas a receber de Fundos Comunitários que levaram ao acréscimo das Dívidas de Terceiros CP (aumentaram cerca de 1 milhão e 300 mil), já que se verificaram diminuições nas rubricas das Disponibilidades, Dívidas de Terceiros MLP e Acréscimos e Diferimentos na ordem dos 359 mil euros.

Em termos de estrutura do Ativo verifica-se uma variação de 1,9% no Ativo Fixo e de 17,1% do Ativo Circulante, sendo que o Ativo Fixo passou de 92,0% para 90,9% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Fundos Próprios e Passivo, os Fundos Próprios passaram de 66,8% para 65,1% e o Passivo de 33,2% para 34,9%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao Património do Município da Póvoa de Lanhoso, (41 milhões e 313 mil euros), às suas Reservas (1 milhão e 570 mil euros), aos seus Resultados Transitados (3 milhões e 420 mil euros) e ao seu Resultado Líquido (473 mil euros) dado que o método de consolidação integral anula os capitais próprios das subsidiárias.

Em termos gerais, a diferença entre os Fundos Próprios consolidados e os individuais do Município, resulta do efeito do desreconhecimento da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para valorizar a participação na EPAVE e no desreconhecimento dos subsídios atribuídos pelo Município à EPAVE. Assim, os Fundos Próprios Municipais Consolidados cifram-se em 47.317 mil euros, registando um pequeno aumento de cerca de 211 mil euros.

Ao nível do Passivo, verificam-se aumentos nas rubricas dos Acréscimos e Diferimentos e das Provisões para Riscos e Encargos e diminuições das rubricas dos Empréstimos MLP e de Dívidas a Terceiros CP. Assim, o Passivo Municipal cifra-se em 25 milhões e 359 mil euros, registando um aumento de cerca de 1 milhão e 954 mil euros.

5. Análise à Demonstração de Resultados

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento praticamente igual dos Custos e Perdas e dos Proveitos (cerca de 382 mil euros), podendo ainda constatar-se um aumento dos Resultados Líquidos consolidados no montante de cerca de 5 mil euros.

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2017.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado
CUSTOS E PERDAS

Custos e Perdas	2018	%	2017	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	878,923.11	5.2%	1,035,246.57	6.2%	-15.1%
Fornecimentos e Serviços Externos	4,542,180.67	26.8%	4,195,487.15	25.3%	8.3%
Custos com Pessoal	4,810,973.34	28.3%	4,551,599.20	27.4%	5.7%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	1,719,148.26	10.1%	1,809,606.99	10.9%	-5.0%
Amortizações do Exercício	4,107,054.43	24.2%	3,690,446.41	22.2%	11.3%
Provisões do Exercício	105,354.90	0.6%	57,424.83	0.3%	83.5%
Outros Custos e Perdas Operacionais	4,728.87	0.0%	7,699.48	0.0%	-38.6%
Custos e Perdas Operacionais	16,168,363.58	95.3%	15,347,510.63	92.5%	5.3%
Custos e Perdas Financeiros	35,934.57	0.2%	52,490.04	0.3%	-31.5%
Custos e Perdas Correntes	16,204,298.15	95.5%	15,400,000.67	92.8%	5.2%
Custos e Perdas Extraordinários	294,713.02	1.7%	717,099.01	4.3%	-58.9%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	16,499,011.17	97.2%	16,117,099.68	97.1%	2.4%
Imposto sobre o rendimento do exercício	17,779.75	0.1%	22,295.78	0.1%	-20.3%
Resultado Líquido do Exercício (empresa mãe)	456,050.92	2.7%	451,120.14	2.7%	1.1%
Resultado Líquido do Exercício (IM)	0.00	0.0%	0.00		
TOTAL GERAL	16,972,841.84	100.0%	16,590,515.60	100.0%	2.3%

PROVEITOS E GANHOS

Proveitos e Ganhos	2018	%	2017	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1,896,954.60	11.2%	1,845,289.86	11.1%	2.8%
Impostos e Taxas	4,076,346.32	24.0%	3,624,655.62	21.8%	12.5%
Trabalhos para a própria entidade	149,298.61	0.9%	216,686.27	1.3%	-31.1%
Proveitos suplementares	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	8,954,637.96	52.8%	8,922,951.60	53.8%	0.4%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0.00	0.0%	0.00	0.0%	0.0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	15,077,237.49	88.8%	14,609,583.35	88.1%	3.2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	647,741.29	3.8%	660,181.82	4.0%	-1.9%
Proveitos e Ganhos Correntes	15,724,978.78	92.6%	15,269,765.17	92.0%	3.0%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1,247,863.06	7.4%	1,320,750.43	8.0%	-5.5%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	16,972,841.84	100.0%	16,590,515.60	100.0%	2.3%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	16,972,841.84	100.0%	16,590,515.60	100.0%	2.3%

Analizada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se algumas alterações da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais aumentaram cerca de 5,3% e continuam a ser os que têm o maior peso. Este aumento foi motivado essencialmente pelos aumentos das rubricas de Fornecimento e Serviços Externos (cerca de 347 mil euros), de Custos com Pessoal (cerca de 259 mil euros), Amortizações do Exercício (cerca de 417 mil euros) e Provisões do Exercício (cerca de 48 mil euros), tendo sido atenuado com as diminuições das rubricas de CMVMC (cerca de 156 mil euros) e Transferências e Subsídios Correntes Concedidos (cerca de 90 mil euros).

Os Custos e Perdas Financeiros diminuíram 31,5% e os Custos e Perdas Extraordinários sofreram uma diminuição de 58,9% relativamente ao ano de 2017.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais registaram um aumento de 3,2% motivado pelos aumentos das Vendas e Prestações de Serviços (cerca de 52 mil euros), dos Impostos e Taxas (cerca de 452 mil euros) e das transferências e subsídios correntes obtidos (cerca de 32 mil euros), e ainda pela diminuição da rubrica dos Trabalhos para a própria entidade (cerca de 67 mil euros).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros e os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram uma diminuição de 1,9% e 5,5%, respetivamente.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2018	2017	Varia.
Resultados Operacionais	-1,091,126.09	-737,927.28	47.9%
Resultados Financeiros	611,806.72	607,691.78	0.7%
Resultados Correntes	-479,319.37	-130,235.50	268.0%
Resultado Líquido do Exercício	456,050.92	451,120.14	1.1%

Os Resultados Operacionais de 2018, negativos no valor de cerca de 1 milhão e 91 mil euros, registaram uma diminuição de 353 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Financeiros de 2018, positivos no valor de 612 mil euros, apresentaram um aumento de cerca de 4 mil euros face a 2017. Os Resultados Correntes de 2018, negativos no valor de 479 mil euros, registaram uma diminuição de 349 mil euros, relativamente ao ano anterior. Os Resultados Líquidos consolidados registaram um aumento de cerca de 5 mil euros.

6. Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento. Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso, e pela Escola Profissional do Alto Ave, os bens de domínio público representam cerca de 58% do seu Ativo Total.

O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

<i>Indicadores</i>	2018	2017
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	90.9%	92.0%
Ativo Circulante/Ativo Total	9.1%	8.0%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	1003.9%	1154.0%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	43.0%	40.6%
Passivo CP/Passivo Total	35.7%	41.2%
Passivo MLP/Passivo CP	120.5%	98.5%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	198.9%	138.2%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	1811.4%	1628.6%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	6.4%	8.6%
Dívida de MLP/Património Líquido	7.7%	8.5%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	32.9%	30.2%
Ativo Circulante/Exigível a CP	113.0%	57.6%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	9.2%	11.4%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	65.1%	66.8%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que ocorreu uma diminuição no indicador Ativo Fixo/Ativo Circulante que passou de 1154,0% em 2017 para 1.003,9% em 2018.

Por sua vez, nos rácios da estrutura do Passivo a maior variação ocorreu no indicador Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total que passou de 138,2% em 2017 para 198,9% em 2018.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP.

Analizados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento MLP em mais de 18,1 vezes.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, o aumento registado no endividamento de CP e a diminuição verificada nas rubricas de disponibilidades, verifica-se um ligeiro aumento do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme podemos verificar pela leitura do quadro

supra. Em 2018, as disponibilidades cobririam cerca de 32,9% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, um aumento do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O rácio apresentou o valor de 57,6% em 2017, apresentando em 2018 o valor de 113,0%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2018, traduz que é de apenas 9,2% o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total.

O índice de autonomia registou uma pequena variação, ascendendo a 65,1% e 66,8%, em 2018 e 2017, respetivamente.

7. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram acontecimentos importantes desde 31 de dezembro de 2018 até à data deste relatório.

B. MAPAS CONSOLIDADOS

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocal	ACTIVO	Notas	2018		2017
			AB	AP	AL
					AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais		6,882,781.29	0.00	6,882,781.29
452	Edifícios		0.00	0.00	0.00
453	Outras construções e infraestruturas		46,688,837.62	14,833,796.67	31,855,040.95
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		500,439.37	262,513.87	237,925.50
459	Outros bens de domínio público		0.00	0.00	0.00
445	Imobilizações em curso		3,199,946.46	0.00	3,199,946.46
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0.00	0.00	0.00
			57,272,004.74	15,096,310.54	42,175,694.20
					40,657,445.14
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação		0.00	0.00	0.00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		324,220.06	146,879.57	177,340.49
433	Propriedade industrial e outros direitos		3,337.00	370.04	2,966.96
443	Imobilizações em curso		0.00	0.00	0.00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0.00	0.00	0.00
			327,557.06	147,249.61	180,307.45
					210,495.31
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais		2,247,397.46	0.00	2,247,397.46
422	Edifícios e outras construções		23,058,936.74	3,563,028.74	19,495,908.00
423	Equipamento básico		3,406,462.78	2,835,824.25	570,638.53
424	Equipamento de transporte		957,591.92	865,446.10	92,145.82
425	Ferramentas e utensílios		117,852.35	103,478.04	14,374.31
426	Equipamento administrativo		1,587,489.15	1,274,574.99	312,914.16
427	Taras e vasilhame		0.00	0.00	0.00
429	Outras imobilizações corpóreas		415,144.25	132,919.58	282,224.67
442	Imobilizações em curso		166,155.61	0.00	166,155.61
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0.00	0.00	0.00
			31,957,030.26	8,775,271.70	23,181,758.56
					23,200,469.30
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	1	73,500.00	0.00	73,500.00
412	Obrigações e títulos de participação		479,088.00	0.00	479,088.00
414	Investimentos em imóveis		0.00	0.00	0.00
415	Outras aplicações financeiras		1,752.86	0.00	1,752.86
441	Imobilizações em curso		0.00	0.00	0.00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0.00	0.00	0.00
			554,340.86	0.00	554,340.86
					819,532.59
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		173,072.82	0.00	173,072.82
35	Produtos e trabalhos em curso		0.00	0.00	0.00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0.00	0.00	0.00
33	Produto acabados e intermédios		0.00	0.00	0.00
32	Mercadorias		0.00	0.00	0.00
37	Adiantamentos por conta de compras		0.00	0.00	0.00
			173,072.82		173,072.82
					157,490.54
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		0.00	0.00	0.00
			0.00		1,400.80
					1,400.80
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos		4,667.00	4,667.00	0.00
211	Clientes, c/c		0.00	0.00	0.00
212	Contribuintes, c/c		2,345.90	0.00	2,345.90
213	Utentes, c/c		178,584.07	0.00	178,584.07
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		531,213.99	509,571.25	21,642.74
251	Devedores pela execução do orçamento		0.00	0.00	0.00
229	Adiantamentos a fornecedores		0.00	0.00	0.00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0.00	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos		62,238.86	0.00	62,238.86
264	Administração autárquica		0.00	0.00	0.00
262+263+267+268	Outros devedores		2,171,541.56	185,028.18	1,986,513.38
			2,950,591.38	699,266.43	2,251,324.95
					947,203.94
	Títulos negociáveis				
15	Outros Títulos		0.00	0.00	0.00
			0.00		0.00
					0.00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras		994,093.66	0.00	994,093.66
11	Caixa		1,158.72	0.00	1,158.72
			995,252.38	0.00	995,252.38
					1,223,794.16
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos		2,913,670.22	0.00	2,913,670.22
272	Custos diferidos		250,281.78	0.00	250,281.78
			3,163,952.00	0.00	3,163,952.00
					3,292,956.61
	Total de Amortizações			24,018,831.85	
	Total de Provisões			699,266.43	
	TOTAL DO ATIVO		97,393,801.50	24,718,098.28	72,675,703.22
					70,510,788.39

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocal	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2018	2017
	Fundos próprios			
51	Património	1 ; 3	41,553,067.55	41,580,266.64
51	Diferenças de consolidação		0.00	0.00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1	0.00	0.00
56	Reservas de reavaliação		0.00	0.00
	Reservas		0.00	0.00
571	Reservas legais	1	1,570,554.67	1,547,169.94
572	Reservas estatutárias		0.00	0.00
573	Reservas contratuais		0.00	0.00
574	Reservas livres		0.00	0.00
575	Subsídios		0.00	0.00
576	Doações		202,562.60	200,000.00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0.00	0.00
578+579	Outras Reservas		0.00	0.00
59	Resultado transitados	1	3,534,314.29	3,327,355.63
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6	46,860,499.11	46,654,792.21
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		456,050.92	451,120.14
	INTERESSES MINORITÁRIOS		47,316,550.03	47,105,912.35
			0.00	0.00
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		1,808,704.37	1,794,385.47
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		3,575,865.34	3,308,793.36
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0.00	0.00
2171	Cientes e Utentes c/ cauções		0.00	0.00
264	Administração autárquica		11,200.00	286,180.44
26872	Credores por caução		0.00	0.00
262+263+267+268	Outros credores		61,615.99	389,389.38
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
254	Empresas do grupo e participadas		0.00	0.00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		3,648,681.33	3,984,363.18
2311	Empréstimos de curto prazo		660,186.05	815,921.29
269	Adiantamentos por conta de vendas		500.00	500.00
221	Fornecedores, c/c	2	86,517.56	68,800.84
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		4,789.14	0.00
252	Credores pela execução do orçamento		0.00	0.00
217	Cientes e utentes c/ cauções		40,347.39	24,634.72
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		289,440.68	446,909.92
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		529,323.24	35,572.47
24	Estado e outros entes públicos		135,716.34	145,006.28
264	Administração autárquica		282,078.08	1,555,266.50
262+263+267+268	Outros credores		997,837.04	953,739.09
268899	Credores por factoring		0.00	0.00
	Acréscimos e diferimentos		3,026,735.52	4,046,351.11
273	Acréscimos de custos	2	878,530.03	816,749.44
274	Proveitos diferidos	3	15,996,501.94	12,763,026.84
2762	Passivos por impostos diferidos		16,875,031.97	13,579,776.28
	Total do Passivo		25,359,153.19	23,404,876.04
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		72,675,703.22	70,510,788.39

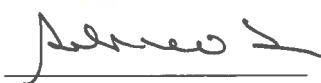
AB: Ativo Bruto

AP: Amortizações e Provisões Acumuladas

AL: Ativo Líquido

Órgão Executivo

Em 30 de maio de 2019



Órgão Deliberativo

Em 07 de junho de 2019





MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

ANO: 2018

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Quadros das Contas do Pocal	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios		
			2018		2017
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias Matérias		460,724.84 418,198.27	878,923.11 4,542,180.67	461,394.83 573,851.74
62	Fornecimentos e serviços externos	5			1,035,246.57
	Custos com o pessoal:				4,195,487.15
641+642	Remunerações		3,747,521.48		
643 a 648	Encargos sociais		1,063,451.86	4,810,973.34	4,551,599.20
63	Transf. E subsídios correntes concedidos	7	1,719,148.26	1,719,148.26	1,809,606.99
66	Amortizações do exercício		4,107,054.43		3,690,446.41
67	Provisões do exercício		105,354.90	4,212,409.33	57,424.83
65	Outros custos e perdas operacionais		4,728.87	4,728.87	7,699.48
	(A) Custos e Perdas Operacionais			16,168,363.58	15,347,510.63
68	Custos e perdas financeiras			35,934.57	52,490.04
	(C) Custos e Perdas Correntes			16,204,298.15	15,400,000.67
69	Custos e perdas extraordinárias			294,713.02	717,099.01
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos			16,499,011.17	16,117,099.68
	Imposto sobre o rendimento do exercício			17,779.75	22,295.78
	(G) Custos e Perdas após Impostos			16,516,790.92	16,139,395.46
88	Resultado líquido do exercício	1;3;4;6;8		456,050.92	451,120.14
	Custos Totais			16,972,841.84	16,590,515.60
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	5	750,331.80	750,381.15	
712	Prestações de serviços	5	1,146,622.80	1,094,908.71	1,845,289.86
72	Impostos e taxas	5	4,076,346.32		3,624,655.62
75	Variação da produção			149,298.61	216,686.27
73	Trabalhos para a própria entidade				
74	Proveitos suplementares				
76	Transferências e subsídios obtidos	7		8,954,637.96	8,922,951.60
	Outros proveitos e ganhos operacionais				0.00
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			15,077,237.49	14,609,583.35
78	Proveitos e ganhos financeiros	4		647,741.29	660,181.82
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes			15,724,978.78	15,269,765.17
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6;8		1,247,863.06	1,320,750.43
	(F) Proveitos Totais			16,972,841.84	16,590,515.60

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	-1,091,126.09	-737,927.28
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)	611,806.72	607,691.78
Resultados correntes: (D)-(C)	-479,319.37	-130,235.50
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	456,050.92	451,120.14
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da empresa-mãe	456,050.92	451,120.14
Interesses minoritários	0.00	0.00

Órgão Executivo

Em 30 de maio de 2019



Órgão Deliberativo

Em 07 de junho de 2019





Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

Unidade: Euros

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	1,223,794.16	Despesas Orçamentais	20,902,282.71
Execução Orçamental	491,871.42	Despesas Correntes	12,306,978.95
Operações de Tesouraria	731,922.74	Despesas de Capital	8,595,303.76
Receitas Orçamentais	20,736,844.98	Operações de Tesouraria	1,106,311.36
Receitas Correntes	15,415,696.47		
Receitas de Capital	5,317,723.74	Saldo Gerência Seguinte	995,252.38
Outras Receitas	3,424.77		
		Execução Orçamental	326,433.69
Operações de Tesouraria	1,043,207.31	Operações de Tesouraria	668,818.69
Total	23,003,846.45	Total	23,003,846.45

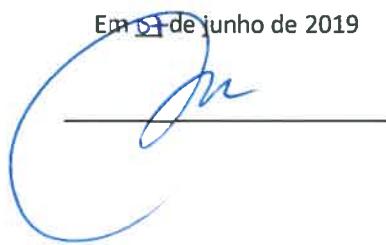
Órgão Executivo

Em 30 de maio de 2019



Órgão Deliberativo

Em 01 de junho de 2019



C. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 75.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 75.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios, sendo que em maio de 2015 esta portaria foi adendada com as alterações resultantes da Lei 73/2013.

Conforme preconizado no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios que detenham participações nas quais há existência ou presunção de controlo, apresentam contas consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

Apesar dos esforços encetados não foi ainda possível concluir e apresentar em 2018 o inventário inicial, com todo o imobilizado público e privativo da autarquia. Encontra-se atualmente uma equipa do Município a proceder ao levantamento, cadastro e inventariação de todo o património municipal que se encontra omissa, para cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Considerando o exposto, o Imobilizado apresentado ainda não reflete todo o património municipal de domínio privativo e público.

Todos os valores são apresentados em euros.



2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluída no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2018	% do capital detido em 2018	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	211	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	26	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº2 do Artigo 75º da Nova Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Não foi excluída nenhuma entidade do perímetro de consolidação. Ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 todas as entidades controladas pelo Município (de forma direta ou indireta) devem ser consideradas no perímetro de consolidação pelo método integral. Presume-se a existência de controlo quando a percentagem de interesse é de pelo menos 50%. Assim, a única entidade que deve ser obrigatoriamente consolidada por este método é a já referida Escola Profissional do Alto Ave, sendo que as demais entidades em que o Município detém uma participação, esta é inferior a 20%, não existindo controlo ou presunção de controlo sobre estas participações, estando consideradas pelo método de custo.

3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:



<i>Lançamentos de consolidação</i>					
<i>Nota</i>	<i>Descrição</i>	Conta(s) a Débito	Valor	Conta(s) a Crédito	Valor
Balanço					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	51 55 571 59 88	20,000.00 583,143.77 10,933.65 189,514.75 <u>66,885.72</u>	411 59	756,372.63 114,105.26
Total N1			<u>870,477.89</u>		<u>870,477.89</u>
Nota 2	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	22 268 273	71.07 406,891.49 80,000.00	268 271 268	360,999.15 45,963.41 80,000.00
Total N2			<u>486,962.56</u>		<u>486,962.56</u>
Nota 3	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88 274	16,574.41 <u>223,199.74</u>	51	239,774.15
Total N3			<u>239,774.15</u>		<u>239,774.15</u>
Demonstração dos Resultados					
Nota 4	Eliminação do MEP	78	<u>66,885.72</u>	88	<u>66,885.72</u>
Total N4			<u>66,885.72</u>		<u>66,885.72</u>
Nota 5	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711 712 72	402.62 471.52 32.04	62	906.18
Total N5			<u>906.18</u>		<u>906.18</u>
Nota 6	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	<u>16,574.41</u>	88	<u>16,574.41</u>
Total N6			<u>16,574.41</u>		<u>16,574.41</u>
Nota 7	Anulação da Contrapartida Pública Nacional registada pela EPAVE e assumida pelo Município	74	<u>169,540.33</u>	63	<u>169,540.33</u>
Total N7			<u>169,540.33</u>		<u>169,540.33</u>
Nota 8	Anulação do Renda registada pela EPAVE e faturada pelo Município	79	<u>80,000.00</u>	88	<u>80,000.00</u>
Total N8			<u>80,000.00</u>		<u>80,000.00</u>
Total Geral			<u>1,931,121.24</u>		<u>1,931,121.24</u>

5. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2018

Designação das contas	Município da Póvoa de Lanhoso		EPAVE	Total	Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
Dívidas a instituições de crédito	3,575,865.34			3,575,865.34		3,575,865.34
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0.00			0.00		0.00
Administração Autárquica	11,200.00			11,200.00		11,200.00
Credores por caução	0.00			0.00		0.00
Outros Credores	61,615.99			61,615.99		61,615.99
Total	3,648,681.33		0.00	3,648,681.33	0.00	3,648,681.33

6. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					EPAVE				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	0.00	406,891.49		0.00	406,891.49	0.00	406,891.49	0.00	0.00	406,891.49
Total	0.00	406,891.49	0.00	0.00	406,891.49	0.00	406,891.49	0.00	0.00	406,891.49

7. Informações relativas a compromissos

Os compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

8. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 145.591,69€, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. As remunerações do órgão de fiscalização totalizaram 3.500,00€ na Escola Profissional do Alto Ave.



9. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	EPAVE	2018 Total Consolidado
Vendas Mercadorias			0.00
Vendas Produtos	750,331.80	0.00	750,331.80
Prestações de serviços	1,131,583.37	15,039.43	1,146,622.80
Total	1,881,915.17	15,039.43	1,896,954.60

10. Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não existem contratos de locação financeira em vigor à data de 31.12.2018 em nenhuma entidade incluída no perímetro de consolidação.



11. Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

Rúbricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (II Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o inicio de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.	Não aplicável.
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	Não aplicável.
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;	Montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Provisões	Analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.	
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



12. Imobilizado bruto consolidado

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezembro de 2018

	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust. am.	Aumentos	Aleinções	Reclassificação	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	7.112.631,38	0,00	199.185,10	0,00	0,00	429.035,19	0,00	6.882.781,29
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções e Infra-Estruturas	44.246.615,45	0,00	2.573.204,90	0,00	-130.982,73	0,00	46.688.837,62	
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	500.439,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.439,37
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	603.875,15	0,00	4.384.095,30	0,00	0,00	0,00	-1.788.023,99	3.199.946,46
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	52.463.561,35	0,00	7.156.485,30	0,00	0,00	-560.017,92	-1.788.023,99	57.272.004,74
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	324.220,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324.220,06
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.337,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	327.557,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327.557,06
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	2.106.147,46	0,00	145.000,00	0,00	0,00	-3.750,00	0,00	2.247.397,46
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	22.811.405,80	0,00	289.950,35	0,00	0,00	-42.419,41	0,00	23.058.936,74
Equipamento Básico	3.351.930,53	0,00	103.703,30	0,00	122,99	-50.191,05	0,00	3.405.565,77
Equipamento de Transporte	96.026,83	0,00	0,00	-2.431,91	34.224,40	0,00	0,00	991.816,32
Ferramentas e Utensílios	111.156,56	0,00	6.685,79	0,00	-30.625,72	0,00	0,00	87.226,63
Equipamento Administrativo	1.364.145,50	0,00	233.897,36	0,00	28.222,05	-9.533,71	0,00	1.616.731,20
Taras e Vasinhame	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.943,72	0,00	0,00	-31.943,72
Outras Imobilizações Corpóreas	412.681,26	0,00	2.462,99	0,00	0,00	0,00	0,00	415.144,25
Imobilizações em Curso	166.332,43	0,00	190.409,92	0,00	0,00	-190.586,74	0,00	166.151,61
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	31.283.826,37	0,00	972.119,71	-2.434,91	0,00	-105.894,17	-190.586,74	31.057.030,26
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital:	73.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.500,00
Obrigações e Títulos de Participação	745.245,38	0,00	0,00	0,00	-266.157,38	0,00	0,00	479.083,00
Investimento em Imóveis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	787,21	0,00	965,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,86
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	819.532,59	0,00	965,65	0,00	0,00	-266.157,38	0,00	554.340,86



O balanço inicial do Município da Póvoa de Lanhoso ainda não foi aprovado, uma vez que a totalidade do património do município ainda não foi inventariado, avaliado e consequentemente aprovado pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

À data atual todos os bens se encontram cobertos por seguros.

13. Amortizações consolidadas

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Amortizações consolidadas em 31 Dezembro de 2018

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Reclassificação	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	11,568,050.94	3,280,062.63	-14,316.90	0.00	14,833,796.67
Bens do património histórico, artístico e cultural	238,065.27	24,448.60	0.00	0.00	262,513.87
Totais	11,806,116.21	3,304,511.23	-14,316.90	0.00	15,096,310.54
De Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	116,925.41	29,954.16	0.00	0.00	146,879.57
Propriedade Industrial e Outros Direitos	136.34	233.70	0.00	0.00	370.04
Totais	117,061.75	30,187.86	0.00	0.00	147,249.61
De Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e Outras Construções	3,137,914.79	446,146.85	-21,032.90	0.00	3,563,028.74
Equipamento Básico	2,724,091.98	161,923.32	-50,191.05	0.00	2,835,824.25
Equipamento de Transporte	826,685.67	41,195.34	-2,434.91	0.00	865,446.10
Ferramentas e Utensílios	97,595.47	5,882.57	0.00	0.00	103,478.04
Equipamento Administrativo	1,166,403.38	114,953.46	-6,781.85	0.00	1,274,574.99
Taras e Vasilhame	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Imobilizações Corpóreas	130,665.78	2,253.80	0.00	0.00	132,919.58
Totais	8,083,357.07	772,355.34	-80,440.71	0.00	8,775,271.70
De Investimentos Financeiros					
Partes de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações e Títulos de Participação	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Aplicações Financeiras:	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Depósitos em Instituições Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Títulos de Dívida Pública	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Títulos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Totais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14. Demonstração de resultados financeiros consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros 2018

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Unidade: Euros	
		2018	2017			Exercícios	2018
681	Juros suportados	35,745.50	51,341.74	781	Juros obtidos	281.93	9,501.91
682	Perdeas em entidades participadas	0.00	0.00	782	Ganhos em entidades participadas	0.00	0.00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0.00	0.00	783	Rendimentos de imóveis	645,823.82	640,457.08
684	Provisões para aplicações financeiras	0.00	0.00	784	Rendimentos de participações de capital	0.00	8,633.28
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0.00	0.00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0.00	0.00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
688	Outros custos e perdas financeiros	189.07	1,148.30	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0.00	0.00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	1,635.54	1,589.55
	Resultados financeiros	611,806.72	607,691.78		789	Reembolsos de juros	
		647,741.29	660,181.82				647,741.29
							660,181.82

15. Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO
Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2018

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Exercícios		Unidade: Euros
		2018	2017		2018	2017	
691	Transferências de capital concedidas	99,617.68	617,082.94	791	Restituições de impostos	54,635.20	27,808.74
692	Dívidas incobráveis	0.00	0.00	792	Recuperação de dívidas	0.00	0.00
693	Perdas em existências	0.00	0.00	793	Ganhos em existências	54.76	662.54
694	Perdas em imobilizações	142,354.20	62,984.73	794	Ganhos em imobilizações	24,906.22	140,003.24
695	Multas e Penalidades	0.00	0.00	795	Benefícios de penalidades contratuais	26,658.21	12,523.74
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0.00	0.00	796	Reduções de amortizações e de provisões	22,828.22	181,168.50
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	13,797.68	4,668.67	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	139,588.54	107,747.10
698	Outros custos e perdas extraordinárias	38,943.46	32,362.67	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	979,191.91	850,836.57
Resultados extraordinários		953,150.04	603,651.42				
		1,247,863.06	1,320,750.43				1,247,863.06 1,320,750.43

16. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento contém a elaboração de uma cartografia para o Plano Municipal florestal contra incêndios, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Mapas de Ruido, o Plano de Riscos de Gestão, corrupção e infrações conexas e o Plano de Revisão do PDM.

17. Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	631,263.63	91,031.02	23,028.22	699,266.43
Provisões para riscos e encargos	1,794,385.47	14,318.90		1,808,704.37
Total	2,425,649.10	105,349.92	23,028.22	2,507,970.80

No exercício de 2018 o Município apresentou um saldo final em provisões de 2.507.971€.

Como se pode observar no quadro acima representado, as provisões apresentaram um aumento na ordem dos 82,3 mil euros (3,4%).

- Provisões para cobrança duvidosa sofreram um acréscimo de 68 mil euros (10,8%).
- Provisões para riscos e encargos, sofreram um acréscimo de 14,3 mil euros (0,8%).

9

Relação dos processos em que está constituída provisão dada a identificação de risco quanto ao desfecho dos mesmos, designadamente:

1. Processo do Centro Educativo de Monsul – provisão de 1.723.812€;
2. Processo da AMAVE, comparticipação de custos de funcionamento nos anos de 2014, provisão de 76.596€.
3. Processo disciplinar a decorrer sobre um funcionário – provisão de 8.297€

O Município tem ainda em curso outros processos relativamente aos quais não constitui provisão, por não ser expectável o pagamento de qualquer encargo.

18. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica.

19. Informações diversas

- a) A Escola Profissional do Alto Ave, integra o perímetro de consolidação sendo que esta entidade aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.
- b) O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.

Póvoa de Lanhoso, 27 de maio de 2019

O Presidente da Câmara Municipal





DRAFT - PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Deputados.

1. No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2018, em conformidade com o n.º 2 do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sendo que o Grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M..
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a atividade do Município “Entidade-mãe” (Município da Povoa de Lanhoso) e da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços por toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 27 de maio de 2019

António Fernandes, Marta Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

DRAFT - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município da Póvoa de Lanhoso (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 72.675.703 euros e um total de fundos próprios de 47.316.550 euros, incluindo um resultado líquido de 456.051 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa dos fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano finda naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

À semelhança do verificado em anos anteriores, tal como referido na nota introdutória das Notas anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados, o Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património municipal, não se encontrando ainda relevado no ativo a totalidade do mesmo, tanto de domínio público como privado. Consequentemente não podemos aferir com segurança razoável qual o efeito nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afetos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe da totalidade de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo, de acordo com o POCAL;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade do GRUPO;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 27 de maio de 2019

António Fernandes, Marta Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

DRAFT - PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Deputados.

1. No cumprimento das normas legais, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2018, em conformidade com o n.º 2 do art.º 76 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sendo que o Grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M..
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a atividade do Município “Entidade-mãe” (Município da Povoa de Lanhoso) e da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços por toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 27 de maio de 2019

António Fernandes, Marta Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
ROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608